Mala Direta Postal
Básica
9912345995/2013-DR/PR
CRC - PR
CORREIOS

Folha do CRCPR

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Ano 14 - ago/set 2014 - Edição nº 78

Programa CRCPR em sua Cidade

é apresentado em Campo Mourão, Foz do Iguaçu e Maringá

Ampliar a interação entre o conselho e a classe contábil paranaense para intensificar o papel da instituição como instrumento de valorização da categoria é o principal objetivo do novo programa CRCPR em sua Cidade, lançado em Campo Mourão em 27 de junho e apresentado na sequência em Foz do Iguaçu e Maringá, nos dias 3 e 24 de julho. "A iniciativa é mais um canal que o conselho cria de participação dos profissionais na discussão e busca de soluções dos problemas que afetam a profissão contábil. É uma ocasião em que os contabilistas podem conversar com dirigentes do CRCPR, expor ideias e esclarecer dúvidas", explica a presidente da autarquia, a contadora Lucelia Lecheta. Nas três cidades, ela esteve acompanhada do vice-presidente de Administração e Finanças, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, alguns conselheiros e diretores. O público que prestigiou os eventos ouviu um pouco sobre as atividades do CRCPR, as ações desenvolvidas para que a entidade cumpra sua missão de registrar, fiscalizar e promover a educação profissional, e pôde se manifestar, fazendo sugestões e críticas. (Pág. 04 e 05)

Profissionais da contabilidade acompanham a primeira apresentação do projeto CRCPR em sua Cidade, em Campo Mourão.

Remetente: Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV - CEP: 80045-340 - Curitiba - PR

PARA USO DO CARTEIRO					
[ ] Mudou-se [ ] Endereço Insuficiente [ ] Falecido	[ ] Ausente [ ] Desconhecido	[ ] Não Procurado [ ] Recusado porteiro ou síndico	[ ] Inf. escrita pelo [ ] Não existe o nº indicado	Reintegrado ao serviço postal em:	Assinatura do Entregador

Horizonte do desenvolvimento pleno

editorial

Lucelia Lecheta
Presidente do CRCPR

Não vem ao caso questionar aqui se houve intencionalidade eleitoral na sanção da Lei Complementar 147/2014, pela presidente Dilma Roussef, com direito a cerimônia e empolgado discurso da candidata, faltando dois meses para as eleições. Até porque, nesse caso, teria que ser ponderada também a participação do Senado ou de alguns de seus membros.

Não vindo ao caso o momento em que a obra foi dada como acabada, cabe avaliar o seu impacto perante boa parte do empresariado e da população, levando em conta os reflexos sociais que certamente serão contabilizados.

A lei traz um grande incentivo a quase meio milhão de empresas de um universo de cerca de 140 atividades que passam a ter direito ao tratamento diferenciado do Simples, com privilégios já na fase de formalização. As principais vantagens são a desburocratização e a redução da carga tributária, estimada em 40%.

Como assinalou o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, atualmente, já temos nove milhões de empresas no Simples, se cada uma criar um emprego são 9 milhões de vagas. O ganho social é indiscutível.

Ocorre que, nem bem essa lei foi aprovada, entrando em vigor em 2015, e já estão em estudo novas mudanças, na esteira de remendos à primogênita Lei 9.317 que, em 5 de dezembro de 1996, instituiu o Simples - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte -, e mais propriamente da Lei Complementar 123, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, de 14 de dezembro de 2006, que redefiniu toda a parafernália legal sobre o tema: revogou a Lei 9.317/1996 e a Lei 9.841/1999; instituiu o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa; alterou pontos das leis 8.212 e 8.213/1991; do Decreto-Lei 5.452/1943 (CLT); da Lei 10.189/2001 e da Lei Complementar 63/1990.

Esse processo previsto pela Constituição de 1988 aponta, na verdade, o horizonte do desenvolvimento pleno do país, retirando da marginalidade essa faixa informal da economia, gerando riquezas, empregos, contribuindo para superar a pobreza e a concentração da renda e consolidar a meta de país avançado.

O que não dá para entender é porque, sabendo-se que essa é uma questão vital, já não se fez ou tanto se demora a fazer uma reestruturação de todo o sistema tributário, com base nos princípios de inclusão contributiva, simplificação de tributos, normas e obrigações acessórias, reavaliação das bases de incidência, eliminação dos focos de guerra fiscal entre os estados, incentivo à poupança e ao investimento produtivo e aplicação responsável das arrecadações.

Essa reforma também está prevista na Constituição, aliás, desde já a de 1824, sempre protelada. Anos atrás, a classe contábil apresentou uma proposta que previa a integração das pessoas físicas e jurídicas quanto ao IR, alíquotas uniformes em todo o País para o ICMS e o ISS, integração das administrações fazendárias federal, estadual e municipal; ajuste aos sistemas tributários internacionais, alteração do exercício fiscal e redução dos tributos a seis: Imposto sobre o comércio exterior, Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, Imposto seletivo, todos de competência da União; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte e Comunicação (ICMS), de competência dos estados; Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Rural, de competência dos municípios. As contribuições seriam reduzidas à movimentação financeira, faturamento, salários e aposentadorias, seguro contra acidentes do trabalho e doenças profissionais e sobre as receitas de concursos e prognósticos.

Como não podia deixar de ser, o tema está aí novamente na boca dos candidatos, que reconhecem o seu peso. Quisera, contudo, que as belas promessas de campanha eleitoral se materializassem!

LUCELIA LECHETA

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV

Cep: 80.045-340 - Curitiba - PR

Fone/Fax: (41) 3360-4700

e-mail: crcpr@crcpr.org.br

site: www.crcpr.org.br

Composição da Diretoria

Presidente: Lucelia Lecheta

Vice-presidente: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

Câmara de Controle Interno
Vice-presidente: Fernando A. Borazo Ribeiro

Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
Vice-presidente: João Gelásio Weber

Câmara de Registro
Vice-presidente: Sandro Di Carlo Teixeira

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Vice-presidente: Elizangela de Paula Kuhn

Câmara de Desenvolvimento Regional
Vice-presidente: Mirandi José Bonissoni

Câmara Técnica
Vice-presidente: Moises Antônio Bortolotto

Relações Sociais
Vice-presidente: Narciso Doro Junior

Macrodelegados

Aguinaldo Mocelin • Hélio Francisco do Nascimento • Neiva Maria Dapont • Paulo Kazuo Yamamoto • Pedro Baraldi • Waldomiro Kluska

Composição do Plenário Efetivos

• Alberto Barbosa • Angelo Mocelin • Bento Rosa Junior • Carlos Augusto Bittencourt Gomes • Carlos Thadeu Fedalto • Elizangela de Paula Kuhn • Fabio Bonsenhor • Fernando Antonio Borazo Ribeiro • Gilmar Silvio Bachi • Ivo Destefeni • João Eloi Olenike • João Gelásio Weber • Laudelino Jochem • Lucelia Lecheta • Márcia Cristina de Almeida • Marcos Sebastião Rigoni de Mello • Mirandi José Bonissoni • Moises Antonio Bortolotto • Narciso Doro Junior • Narciso Luiz Rastelli • Ormelia Tereza da Silva • Osvaldo dos Santos • Paulo de Tarso Vieira Lopes • Paulo Kazuo Yamamoto • Roberto Aparecido Santos • Sandro Di Carlo Teixeira • Sergio Roberto Bebber

Composição do Plenário Suplentes

• Antônio Augusto Godoi de Oliveira • Antonio Moacir Pozzobon • Carlos Alfredo Muller • Cesar Alberto Ponte Dura • Claudio Renato Trevisan • Eliane Terezinha da Luz • Ernani Habitzreuter • Eurides Von Muhlen • Francisco Savi • Gilberto Jorge da Paz • Helio Maia da Silva • Hylcineia Deisy da Silva Liboni • Jair Luiz Welter • Jean Corradini • Jessica Harumi Dallagrana de Oliveira • Juarez Paim da Silveira • Luci Isabel Oliari Lira • Luiz Fernando Martins Alves • Marcelo Scomparin • Márcia Cristina Sprada Rossetim • Marcio José Assumpção • Marcos Aurélio Custódio • Nilva Amália Pasetto • Paulino José de Oliveira • Rafael Benjamim Cargnin Filho • Reginaldo Rodrigues de Paula • Valmir Luckmann (in memoriam)

expediente

Folha do CRCPR
Órgão de divulgação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Diretor Superintendente
Gerson Luiz Borges de Macedo

Redação
Joaquim Pereira Barros - 0921/06/62v-PR
Talita Garcia - MTB/SC 3515 - JP

Diagramação
Neilor Armond Lopes

Impressão: Graciosa Gráfica e Editora
Tiragem: 32,5 mil exemplares

Comercial
imprensa@crcpr.org.br

Espaço do Contabilista

Envie a sua opinião, em texto breve, para o e-mail espacodocontabilista@crcpr.org.br, informando o seu nome completo, a cidade onde mora e o endereço eletrônico para correspondência. Ela será publicada na íntegra ou parcialmente.

Lei da Transparência Tributária

Considerando que a maioria das empresas está no SIMPLES NACIONAL, principalmente as que vendem diretamente ao consumidor, a obrigatoriedade de exibir o valor dos tributos (sujeito a multa se não informado), que vem sendo prorrogado o prazo desde 2013 (Lei nº 12.741 de 08/12/2012), novo prazo a partir de janeiro/2015, quando o destaque poderá ser feito em cartaz e apenas com o percentual do SIMPLES NACIONAL, a finalidade torna-se improfícua, pois não HAVERÁ TRANSPARÊNCIA.

Os tributos incidem em cascata e para o consumidor final, comprando de empresa no SIMPLES NACIONAL, o imposto poderá representar apenas uma parte muito ínfima dos impostos (nem 10 % do imposto final recolhido).

Por exemplo, um mercadinho com o menor índice de faturamento não chegará a 3 % de impostos (DAS - SIMPLES NACIONAL – ANEXO I – Lei Complementar 139/2011). Existem estudos que taxam os impostos finais, em torno de 70 % na média (e não 45 %).

É esta visão que terá o consumidor? Desculpe, mas além de não ser transparente, é ENGANADOR. Mais um óbice burocrático imposto às pequenas empresas e nenhum resultado para o CONSUMIDOR.

Como sempre, legislação feita por pessoas que não entendem do assunto (ou é proposital?). Por isto a enxurrada de leis e burocracia que temos no Brasil, uma das maiores do mundo.

Temos que passar tudo a limpo mesmo. Chega de burocracia, legislações que se conflitam (obriga-se analisar por hierarquia) e algumas arcaicas, resultando na facilitação da corrupção.

Moacyr Luiz da Silva

Copa do Mundo e corrupção

A Copa do Mundo aumentou a discussão sobre corrupção. Talvez esse seja um dos legados mais importantes do Mundial. Mas, ao mesmo tempo, ouvimos falar tanta bobagem sobre desvios que não fazem nenhum sentido. A mais comum delas é confundir financiamento com doação/roubo.

A população não sabe e nós contadores temos parte nessa culpa. Pois cabe a nós contadores, principalmente os contadores públicos, divulgarem informações com a qualidade necessária para que as pessoas possam acompanhar as contas publicas.

Quando falamos em corruptos, sempre lembramos dos políticos que têm cargo eletivo, principalmente deputados e senadores. É verdade, eles são "a cara" da corrupção. Mas nem todos são corruptos. Há bons políticos em todos os partidos. Também há maus.

Identificar e poder separar depende de uma série de informações que nem sempre estão disponíveis de maneira clara. Temos de lutar por isso. Também tem os funcionários públicos e empresas que desviam recursos públicos de maneira constante. Seja por superfaturamento ou por entregar menos produto que o contratado. E isso acontece na maioria dos órgãos públicos, desde uma escola municipal de um bairro isolado até o Congresso Nacional.

O que os contadores podem fazer? Organizar as publicações de contas de maneira que permitam a comparação de preços. Geralmente vemos as prestações de contas sem especificar quantidades dos itens comprados. Por exemplo: Fala-se em investimento de X reais na compra de um serviço qualquer, mas não se especifica o valor unitário. Outro município, muitas vezes limítrofe, pode comprar o mesmo serviço por um preço muito melhor. Porém, se não tivermos as quantidades, não podemos comparar e assim ficamos com o poder de fiscalização reduzido.

Temos de lutar por contas publicas mais transparentes e somente nós contadores podemos fazer isso. Está em nossas mãos. Quando fizermos isso, vamos ver que a maior parte da corrupção que assola o país não é praticada por políticos eletivos, mas por pessoas que estão bem próximas a nós.

Bem... aí é uma decisão pessoal. Se relacionar com esses corruptos ou fazê-los mudar de atitude.

Júlio Ribeiro

Desrespeito

Sou técnico em contabilidade desde 1994. Desde então, deparo-me com o desrespeito e o abuso para com o profissional contábil, muitas vezes tratado como um leva e traz dos órgãos públicos que, diga-se de passagem, subdividem-se em diversos departamentos dos quais nem eles têm conhecimento, dada a burocracia inútil a que se propõem. Somado a isso, nossos representantes, inertes e sorridentes, e outras autoridades nos assolam de obrigações acessórias inúteis e repetitivas, conforme bem expõe o colega Eduardo Simão Pieczarka Neto na edição de n° 75 da Folha do CRCPR. Fica aqui minha indignação: a contabilidade é uma atividade bela, porém mal representada e desrespeitada pelos órgãos fiscalizadores.

Paulo Eduardo Gomes de Souza

Aberração tributária paranaense

Aproveito este espaço para abordar um assunto recente da legislação tributária estadual paranaense e deixar os meus protestos a respeito das condições de trabalho dos contabilistas, sujeitos a uma infinidade de cobranças dos governantes.

Aqui em Londrina, o governo local implantou a DMS – Declaração Mensal de Serviços, sistema online em que são registradas todas as notas fiscais de serviços, tanto prestados quanto tomados. Em vigor desde 2010, a DMS nasceu em estado de coma e agora está na UTI.

Resumindo, é um sistema que funciona com muita precariedade e lentidão. Gostaria de frisar que não sou contra qualquer tipo de inovação. Toda tecnologia é bem-vinda. A nota fiscal eletrônica, por exemplo, é um sucesso.

Em 1º de março deste ano, vários produtos, tais como instrumentos musicais, bicicletas e peças, brinquedos, produtos alimentícios, artefatos de uso doméstico, artigos de papelaria e materiais de limpeza passaram a fazer parte do regime de substituição tributária. De posse das novas legislações, passei as instruções aos vários clientes do escritório. Estes, no momento de efetuar os pedidos das mercadorias, passaram a orientar seus fornecedores acerca das mudanças ocorridas a partir de então.

Recentemente, isto é, a menos de dois meses da vigência das novas regras, o governo do Paraná assinou um conjunto de decretos alterando aquelas legislações. As novas mudanças, dentre outras, passaram a favorecer as empresas do Simples, que tiveram a MVA (Margem de Valor Agregado) reduzida em 50%.

Agora, terei que ligar novamente para clientes e informá-los que houve mudanças. Eles terão que entrar em contato com seus fornecedores e também informá-los das alterações. Pergunto: por que o benefício concedido às empresas do Simples não veio no início? Por que o governo esperou as empresas se adaptarem às novas regras para então realizar as mudanças? Até quando os contabilistas terão que lidar com este tipo aberração, que nada acrescentam e só causam contratempos?

Emprestando as palavras do colega Eduardo Simão Pieczarka Neto (Folha do CRCPR no 75), às entidades da classe: “menos homenagens e mais ação em prol da classe”.

Carlos Massanori Morimoto

Proposta do "CRCPR em

Fomentar o diálogo e estreitar o relacionamento entre a classe contábil paranaense e o seu conselho de classe é o objetivo do projeto **CRCPR em sua cidade**, nova aposta do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) para identificar as demandas de contabilistas de distintas regiões do Estado e levantar junto a eles sugestões de aprimoramento à atuação do conselho, especialmente no interior. Lançado em Campo Mourão no dia 27 de junho, o programa foi apresentado, na sequência, em Foz do Iguaçu e Maringá, nos dias 3 e 24 de julho, respectivamente, por ocasião da reinauguração da delegacia e do escritório locais do CRCPR. "Esses encontros devem ser utilizados como canais diretos de comunicação entre profissionais e conselheiros, seus representantes na entidade, a presidência e as vice-presidências", diz a presidente Lucelia Lecheta.

Em Maringá, dia 24 de julho, Lucelia fala sobre o **CRCPR em sua Cidade** e a necessidade de fortalecer os laços entre conselho e profissionais contábeis.

O vice-presidente de Administração e Finanças, Marcos Rigoni de Mello, acredita que a aproximação entre conselho e classe contábil é produtiva para ambos: "Esse contato pessoal possibilita uma rica troca de experiências e ajuda a compreender melhor as expectativas locais, as particularidades de cada região", afirma.

Nos eventos do **CRCPR em sua cidade**, o público é informado sobre as atividades que vem sendo desenvolvidas por cada câmara - Técnica; de Fiscalização, Ética e Disciplina; Controle Interno; Registro; Relações Sociais, Desenvolvimento Profissional e Desenvolvimento Regional.

Em Foz do Iguaçu, Marcos Rigoni de Mello, vice-presidente de Administração e Finanças, discorre sobre a atuação das câmaras do CRCPR.

Elizangela de Paula Kuhn, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, ressalta os programas de capacitação do CRCPR ao público de Foz do Iguaçu.

O protagonismo do conselho em torno de pautas prioritárias para a classe é comentado pela presidente Lucelia. Em seguida, os contabilistas podem fazer perguntas aos conselheiros, expor opiniões ao grupo e propor discussões.

O lançamento do projeto em Campo Mourão foi prestigiado por diversos contabilistas, o vereador Pedro Rogério Lourenço Nespolo, o presidente da Acicam, Newton dos Santos Leal, o presidente da Fecopar, Divanzir Chiminacio, a presidente do Sindicato dos Contabilistas de Campo Mourão, Prescila Alves Pereira Francioli, o vice-presidente do sindicato, Idnei Hundsdorfer, Marisa P. Ferreira, representante do Sescap-PR regional, a conselheira Márcia Cristina de Almeida, representante do IPMCont, o ex-conselheiro Moacir Rener Bongiorno, Divanzir Chiminacio, presidente da Fecopar, o delegado do CRCPR em Campo Mourão, José Vilmar Rodrigues de Macedo, o macrodelegado para a Região Noroeste, Pedro Baraldi, e o conselheiro Alberto Barbosa, representante de Campo Mourão no CRCPR.

Em Campo Mourão, Narciso Doro Jr. e Lucelia Lecheta entregam ao delegado José Vilmar R. de Macedo e ao macrodelegado para a Região Noroeste, Pedro Baraldi, o Balanço Socioambiental 2013.

sua cidade" é aproximar o conselho da classe contábil

Conselheiros do CRCPR realizaram em Campo Mourão, no mês de junho, a plenária e as reuniões das câmaras.

Em Foz do Iguaçu, participaram o delegado Ney Patrício da Costa e os ex-delegados Antonio Derseu de Paula e Miguel Gerson Aires dos Santos. Líderes da contabilidade paranaense como Valdir Pietrobon, ex-presidente da Fenacon, Ocivaldo Gobetti Moreira, presidente do Sincofoz, e Divanzir Chiminacio, presidente da Fecopar, estavam presentes. Também prestigiaram o evento Ernani Habitzreuter, diretor financeiro do Sincofoz, Amauri Clóvis do Nascimento, diretor de Relações com o Interior do SESCAP-PR, e Gerson Luiz Borges de Macedo, diretor superintendente do CRCPR.

Descentralização: Campo Mourão sediou reuniões de junho

As reuniões do CRCPR relativas ao mês de junho foram realizadas em Campo Mourão, na sede da Associação Comercial e Industrial (Acicam). A intenção de levar esses encontros ao interior é criar oportunidade de participação a profissionais da contabilidade de outras regiões. Neles, os conselheiros deliberaram sobre pautas das diversas câmaras e julgam processos relativos a infrações éticas e profissionais registradas no Paraná.

A plenária, dia 27, antecedeu o lançamento do projeto **CRCPR em sua cidade** e foi aberta ao público. Na ocasião, o vice-presidente de Relações Sociais, conselheiro Narciso Doro Junior, apresentou aos profissionais da contabilidade o Balanço Socioambiental 2013 do CRCPR. As reuniões do Conselho Diretor, integrado pela presidente e os vice-presidentes, e das câmaras do CRCPR aconteceram no dia anterior, deliberando sobre assuntos pertinentes a cada pasta.

Público recebeu edições do Balanço Socioambiental 2013 em Campo Mourão.

Comissão dos coordenadores e professores de Ciências Contábeis também se reuniu em Campo Mourão para discutir o plano de trabalho do grupo para o 2º semestre.

Delegados do CRCPR e professores de Contábeis também se reúnem

No dia 26, no mesmo local, o coordenador da Comissão de Professores e Coordenadores, Marcos Aurélio Custódio, expôs em reunião do grupo o plano de trabalho para o segundo semestre de 2014 e para 2015. A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Elizangela de Paula Kuhn, lembrou das oficinas gravadas em vídeo e disponibilizadas no site do CRCPR pelo projeto Temas Contábeis em Debate, atendendo em parte à demanda dos profissionais da contabilidade por cursos de curta duração, com até três horas de carga horária.

Na reunião dos delegados, conduzida pelo vice-presidente de Desenvolvimento Regional, conselheiro Mirandi José Bonissoni, foram apresentados dados estatísticos a respeito das delegacias do CRCPR na região Noroeste – Astorga, Campo Mourão, Cianorte, Goioerê, Loanda, Mandaguari, Maringá, Nova Esperança, Paranavaí e Umuarama, do Exame de Suficiência e sobre os eventos planejados para os próximos meses nas respectivas jurisdições. Na ocasião, estavam presentes o delegado do conselho em Campo Mourão, José Vilmar Rodrigues de Macedo, e o macrodelegado para a Região Noroeste, Pedro Baraldi.

Na reunião dos delegados, o vice-presidente de Desenvolvimento Regional, Mirandi Bonissoni, apresentou estatísticas referentes às delegacias do Noroeste e ao Exame de Suficiência.

O desafio do ensino das IFRS nos cursos contábeis

Ponto alto do encontro dos coordenadores e professores de cursos de Ciências Contábeis, dia 23 de julho, no CRCPR, foi a palestra do professor Nabil Ahmad Mourad sobre o desafio de transmitir aos estudantes brasileiros de contábeis o real impacto das normas internacionais da contabilidade, as IFRS (International Financial Reporting Standards) na profissão contábil. Especialista em IFRS, além do Brasil, Nabil ministra palestras e aulas sobre o tema no Reino Unido, França, Irlanda, Itália, França, Chile, Cingapura entre outros países.

Desenvolver uma linguagem contábil universal foi um desafio quase que desde a grande crise de 1929, quando a ausência desse padrão foi bastante sentida. No Brasil, a adoção se deu com a aprovação da Lei nº 11.638/07, representando um divisor de águas, tanto para as empresas quanto para a prática contábil, tornando-se conteúdo obrigatório nos cursos contábeis. Levar aos estudantes a exata importância da matéria é papel dos professores, afirma Nabil. Ele reconhece que o assunto é espinhoso, mas destaca que as técnicas didáticas estão aí justamente para motivar e alavancar o processo de aprendizagem. A propósito – disse -, boa didática é recomendável no ensino de todo e qualquer assunto complicado, comum em muitas disciplinas do currículo de contabilidade.

Mestre em contabilidade internacional, atualmente realizando projeto de pesquisa para obter o título de PhD no Reino Unido, onde trabalhou na implantação das IFRS para um grande grupo financeiro, Mourad refletiu com os professores também sobre as deficiências dos cursos de Ciências Contábeis brasileiros e a necessidade de melhorar o ensino como ponto de partida para formar um profissional de qualidade.

Mourad é sócio-fundador da IFRS4all e escreveu vários livros sobre IFRS publicados pelas editoras Atlas e Watson.

Sócio-fundador de uma consultoria em IFRS que atende o mercado brasileiro e mundial, Mourad também se dedica a escrever livros sobre as normas internacionais de contabilidade.

Consulta comercial atrasa abertura de empresas em Curitiba

Quando deveria estar mais ágil com a implantação em curso da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, o processo de abertura de empresas vem atrasando, em Curitiba, por causa da demora na liberação da consulta comercial. É a reclamação geral de profissionais da contabilidade junto às ouvidorias das entidades contábeis com sede na capital. A consulta, que antes saía no dia, agora está levando, em média, 10 dias.

No último dia 14, o vice-presidente do CRCPR, Marcos Rigoni de Mello, com o presidente do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, Hugo Catossi, e os vice-presidentes do sindicato, Juarez Tadeu Morona Filho e Dirceu Tadeu Vaz, foram pedir soluções ao superintendente técnico da Secretaria de Urbanismo, Solano Glock. "Temos que dar uma resposta aos profissionais que nos procuram", disse Catossi. "A situação prejudica sensivelmente o trabalho dos contabilistas, atrapalhando outras fases da formalização de empresas. Há muitos anos estamos reivindicando a agilização desse processo, não cabendo retrocessos", argumentou Marcos Rigoni.

De acordo com Solano Glock, a consulta comercial é atualmente uma das principais preocupações da Secretaria de Urbanismo de Curitiba. "Estamos cientes e trabalhando para fazer a coisa fluir"; o problema é que a cidade vem crescendo muito, aumentando a demanda, e as irregularidades são numerosas; "estamos sendo engolidos. Mais de 50% das obras estão irregulares", afirmou.

Em vez de ajudar, na sua opinião, "a Redesim está nos atropelando" ao prever a liberação do alvará para depois se resolver o resto. "Não é possível liberar geral como se fosse uma linha de montagem", alegou. O papel da Secretaria de Urbanismo é evitar irregularidades e conflitos. Além disso, para esse tipo de serviço, ela está com uma equipe reduzida de pessoal.

Para o vice-presidente do Sicontiba, Juarez Tadeu Morona Filho, "todo mundo sai perdendo com isso: o empresário, a cidade, o contador...". Claro que não dá para passar por cima das regras, mas é decisivo buscar uma solução urgente. Se a alternativa for contratar servidores, por que não fazê-lo para dar conta da demanda do crescimento urbano? Se impasses estão surgindo com a Redesim, cabe identificá-los e dissolvê-los, já que o programa nacional foi proposto para agilizar a abertura de empresas em todo o país, levando o Brasil a superar uma marca antiga de atraso. Todos os países que desejam dinamizar a sua economia procuram ter um ambiente favorável aos negócios. É esse o entendimento das lideranças contábeis.

Para estudar uma saída mais rápida do que a proposta pela reestruturação em andamento na prefeitura, Solano Glock solicitou às lideranças contábeis um roteiro capaz de apontar vias e de servir de base a soluções. Será marcada uma nova rodada de discussão para analisar essas alternativas.

Da esq. para dir., os vice-presidentes do Sicontiba, Juarez Tadeu Morona Filho e Dirceu Vaz, seguidos do vice-presidente de Administração e Finanças do CRCPR, Marcos Rigoni de Mello, e do presidente do Sicontiba, Hugo Catossi. De costas, Solano Glock, superintendente da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Professores de contábeis
agora têm portal no Paraná

Inserção de artigos, sugestões de livros sobre contabilidade de autores paranaenses, agenda das reuniões de professores e coordenadores de cursos contábeis, indicações de literatura contábil, compartilhamento de experiências ligadas à docência, cadastro e busca de currículos de palestrantes por nome e área de interesse, divulgação de eventos - essas são as principais alternativas criadas pelo Portal do Professor e colocadas à disposição dos professores dos cursos de Ciências Contábeis paranaenses, conforme apresentação do coordenador da Comissão dos Coordenadores e Professores de Cursos de Ciências Contábeis do CRCPR, professor Marcos Aurélio Custódio, durante reunião da qual participaram 21 docentes de todo o Paraná, dia 23 de julho, em Curitiba, na sede do conselho.

"A iniciativa é mais uma demonstração do vivo interesse do CRCPR em relação ao importante trabalho das instituições de ensino superior que oferecem a graduação em Ciências Contábeis no nosso estado", afirma a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Elizangela de Paula Kuhn.

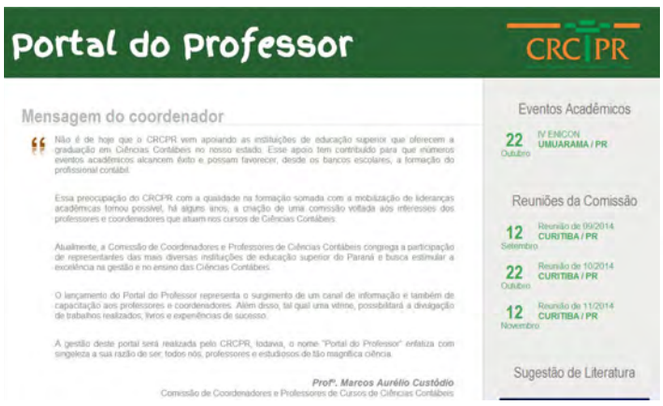
A preocupação do CRCPR com a qualidade na formação profissional é histórica e tem sido responsável pela realização de inúmeros eventos e iniciativas, como também a criação da Comissão de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis que congrega representantes de inúmeras instituições de ensino e busca estimular a excelência no ensino das Ciências Contábeis.

"O lançamento do Portal do Professor representa não só o surgimento de um novo canal de informação entre professores e coordenadores, mas também de interação. Tal qual uma vitrine, possibilitará a divulgação de trabalhos realizados, livros e experiências de sucesso", explica o professor Marcos Custódio.

Hospedado no site do CRCPR, o Portal do Professor pode ser acessado em portaldoprofessor.crcpr.org.br.

Desenvolvido pela equipe de informática do CRCPR, hospedado no site do Conselho, o Portal do Professor é um espaço de formação, informação, para que os professores possam divulgar seus trabalhos e realizações em suas áreas de expertise. Mais do que gerar informação, a ideia é nuclear todos nós, continua Custódio.

"O novo portal é uma inovação. Somos os primeiros a lançar algo desse tipo no sistema CFC/CRCs. Acredito que será uma referência para os outros conselhos do Brasil", acrescenta o vice-presidente de Relações Sociais do CRCPR, Narciso Doro Jr.



COOPESF
COOPERATIVA DE CRÉDITO

A Instituição Financeira dos CONTABILISTAS!

EMPRÉSTIMO!

UMA NOVA OPÇÃO PARA CONTABILISTAS

- TAXAS ABAIXO DO MERCADO
- RÁPIDO E FÁCIL!
- EM 36 PARCELAS

ENTRE NO SITE: WWW.COOPESF.COM.BR, simule seu empréstimo e comprove que a taxa é inferior as praticadas no mercado.

Rua Marechal Deodoro, 314 - 9.º andar - Centro - Curitiba/PR - Fone: (41) 3224-3200
Rua Cel. Antonio Ricardo dos Santos, 880 - Hauer - Curitiba/PR - Fone: (41) 3376-9802

Professores debatem melhoria dos cursos contábeis

Como vêm fazendo há anos, com o incentivo e apoio do CRCPR, coordenadores e professores de instituições de ensino paranaenses que ministram cursos de ciências contábeis reuniram-se para debater avanços ao ensino da contabilidade no estado.

Marcos Custódio reforça que as reuniões da comissão estão abertas a todos os docentes de Ciências Contábeis do Paraná. (Foto de arquivo)

O encontro foi dia 23 de julho, no CRCPR, dirigido pelo professor Marcos Aurélio Custódio, coordenador da Comissão dos Coordenadores e Professores de Cursos de Ciências Contábeis do CRCPR. Os participantes, em sua maioria, eram de instituições de ensino de Curitiba e Região Metropolitana, mas havia também professores do interior. Estavam representadas a Universidade Positivo, Faculdade Santa Cruz, Unipar, Unibrasil, Dom Bosco, Fesp-PR, Opet, UEPG, Fapar, Unespar-Campo Mourão, FAE e Universidade Tuiuti.

Esses encontros, a propósito – defende o professor Marcos Custódio – estão abertos à participação de todos os coordenadores e professores de cursos de ciências contábeis no Paraná. São mais de 70 em todo o estado. A agenda será sempre divulgada no Portal do Professor no site do CRCPR. As próximas reuniões desse ano estão programadas para 12 de setembro, em Foz do Iguaçu; 22 de outubro, em Curitiba e 12 de novembro, em Guarapuava. As pautas podem variar mas estão sempre girando ao redor da busca de novos métodos pedagógicos e técnicas de ensino, processos de avaliação, tecnologias educacionais, aperfeiçoamento curricular, entre outros temas.

Reunião da Comissão dos Coordenadores e Professores de Cursos de Ciências Contábeis do CRCPR, em Curitiba, dia 23 de julho.

Quando o assunto é importação,
a gente pensa em tudo!

➢Assessoria e consultoria em importação e exportação
➢Busca de fornecedores no exterior
➢Desembaraço aduaneiro
➢Habilitação do RADAR
➢Estudo de viabilidade
➢Registro SISCOSERV
➢Classificação fiscal

BRASIL IMPORTEX
comercial@brasilimportex.com.br
www.brasilimportex.com.br
(41) 3569-0800

Fiscalização abre trabalhos

em Curitiba, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos

Dando sequência aos trabalhos fiscalizatórios de 2014, o Conselho de Contabilidade do Paraná reuniu em julho dezenas de contabilistas na capital, dia 11, no CRCPR, e Francisco Beltrão, dia 31, no auditório da Câmara Municipal. Dois Vizinhos recebeu a abertura da Fiscalização em 1º de agosto, na Associação Comercial e Empresarial da cidade.

Abertura da Fiscalização em Dois Vizinhos, no dia 1º de agosto, reuniu mais de 30 pessoas.

Em Curitiba, os fiscais atuam da forma tradicional, ou seja, "in loco", e também na modalidade eletrônica (Fisc-e). Em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, o procedimento utilizado é o presencial. Eles visitam profissionais da contabilidade, empresas contábeis, não contábeis - firmas comerciais, industriais, prestadoras de serviços, entidades sem fins lucrativos, instituições financeiras, entidades e órgãos públicos. Os principais documentos solicitados são o contrato social e as alterações contratuais do escritório, o alvará cadastral expedido pelo CRCPR, a carteira profissional, a escrituração contábil das empresas, as demonstrações contábeis, os contratos de prestação de serviços e a declaração comprobatória de percepção de rendimentos (Decore).

Em Curitiba, o evento foi conduzido pelo vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, João Gelásio Weber, e o gerente da divisão de Fiscalização no conselho, Dirceu Zonatto, que esteve também nas outras duas cidades. O encontro foi prestigiado por Hugo Catossi, presidente do Sicontiba, e demais representantes de entidades contábeis.

Em Francisco Beltrão, dia 31 de julho, o evento contou com a presença de mais de 50 profissionais contábeis.

A fim de conhecer a dinâmica de trabalho do CRCPR e trocar experiências, estiveram em Francisco Beltrão o vice-presidente de Fiscalização do Conselho de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Mario Antonio Karczeski, e o chefe da Fiscalização no CRCRS, Carlos P. da Rocha. O evento contou com a presença do delegado local do CRCPR, José Juvenil A. de Godoy, e o presidente do Sincobel, Adenilson Miranda. Em Dois Vizinhos, participou o delegado na cidade e macrodelegado do CRCPR para o Sudoeste, Lauri Helfenstein. O vice-presidente de Desenvolvimento Regional do conselho, Mirandi José Bonissoni, prestigiou ambas as ocasiões.

Em Curitiba, dia 11 de julho, o vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, João Gelásio Weber (à dir.), conversa com o público sobre estatísticas relacionadas à categoria no Brasil e no Paraná.

entrevista

João Gelásio Weber

vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Folha do CRCPR – Qual a abrangência dessa ação de fiscalização que o CRCPR acaba de lançar: só Curitiba ou engloba toda a região metropolitana?

Na verdade, essa ação de fiscalização, que vai até o segundo semestre de 2015, nesse momento, contempla apenas a cidade de Curitiba, podendo ser ampliada na sequência

Todos os profissionais técnicos e contadores são fiscalizados?

Serão fiscalizados todos os profissionais que possuem alguma empresa sob a sua responsabilidade técnica profissional e aqueles que emitiram DECORES.

O CRCPR está fiscalizando da maneira tradicional, com visitas dos fiscais aos escritórios, ou está utilizando também a fiscalização eletrônica?

A fiscalização está atuando nas duas modalidades, visita "in loco" atendendo os preceitos da Resolução CFC nº 890/00 (Dispõe sobre Parâmetros Nacionais de Fiscalização) e a Fiscalização Eletrônica – Fisc-e. Esta última vem sendo implantada gradativamente por todo o sistema CFC/CRCs. Ela acompanha a evolução tecnológica vivenciada nos escritórios de contabilidade e visa propiciar maior agilidade no processo fiscalizatório além de oportunizar maior comodidade ao fiscalizado. Desde 2012, a Fisc-e já foi utilizada em 93 cidades e 945 organizações contábeis, com aproximadamente 2.000 profissionais.

Normalmente, os profissionais ficam receosos quando se fala em fiscalização: essa reação tem fundamento?

Não, pois no momento da fiscalização é solicitado somente aquilo que consta no contrato de prestação de serviço, nada mais; ou seja, se o profissional é contratado para elaborar a contabilidade é isso que será exigido: a contabilidade elaborada dentro das Normas Contábeis conforme determina a legislação vigente. O profissional que age dentro dos padrões éticos da profissão não precisa ficar preocupado com a fiscalização do CRC e sim deve ver como um processo de defesa do bom contabilista. Já aquele que não cumpre com as obrigações contratadas, esse pode e deve ficar preocupado com a fiscalização, pois infelizmente está agindo de forma a denegrir toda classe contábil e, nesse sentido, os dados estatísticos ressaltam: muitas empresas não possuem escrituração contábil regular e na maioria das vezes é por culpa do profissional da contabilidade. Temos observado aumento de denúncias de empresas cobrando ação do CRC em relação aos profissionais que não cumprem o acordado em contrato de prestação de serviços. Isso causa desgaste à classe e exige maior reflexão sobre a responsabilidade de fazer a contabilidade de forma que o empresário-cliente tenha segurança tributária e jurídica. Enfim, o papel fundamental da fiscalização é identificar e penalizar aqueles que não cumprem com suas obrigações.

Se acontecer de um profissional ser notificado, o que ele deve fazer?

Quando notificado, um profissional tem um prazo regulamentar para atender a notificação. Caso não atendida, é lavrado auto de infração levado a julgamento pelo plenário do CRCPR.

Gente que Conta

CRCPR tem novos delegados e macrodelegados

As delegacias de Medianeira, Paranavaí, São José dos Pinhais e as macrodelegacias da Capital, Região Metropolitana e Litoral e do Sudoeste estão sob nova direção. Durante a plenária do dia 18 de julho, realizada em Curitiba, o então presidente em exercício Marcos Rigoni de Mello deu posse a Marisa Salete Rippel como delegada de Medianeira, na região Oeste, e a Pedro Baraldi como delegado de Paranavaí, no Noroeste. Mauro Luís Moreschi tomou posse dos cargos de delegado de São José dos Pinhais e macrodelegado da Capital, Região Metropolitana e Litoral. Para a macrodelegacia da Região Sudoeste foi empossado Lauri Helfenstein.

Acima, os delegados empossados de Medianeira, Marisa Salete Rippel, e Paranavaí, Pedro Baraldi. Abaixo, Mauro Luís Moreschi, que assumiu a delegacia de São José dos Pinhais e a macrodelegacia da Capital, Região Metropolitana e Litoral; e Lauri Helfenstein (ao centro), novo macrodelegado da região Sudoeste, com Marcos Rigoni de Mello e o vice-presidente de Desenvolvimento Regional, Mirandi José Bonissoni.

Homenagens

Na mesma data, os contabilistas que entregaram os respectivos cargos – os ex-delegados Armindo Doro Frandoloso (Medianeira), Wilson Peixoto de Almeida (Paranavaí) e Cassiano Canalli da Silva (São José dos Pinhais), e os ex-macrodelegados Hélio Francisco Nascimento (Capital, Região Metropolitana e Litoral) e Neiva Maria Dapont (Sudoeste) – foram homenageados com um termo de reconhecimento pelos serviços prestados.

Acima, Rigoni homenageia Armindo Doro Frandoloso, delegado de Medianeira de 1985 a 2014, e Wilson Peixoto de Almeida, delegado em Paranavaí desde março de 2010, mesma data em que Cassiano Ricardo C. da Silva assumia a delegacia de S. José dos Pinhais. Abaixo, Hélio Francisco do Nascimento, macrodelegado da Capital, Região Metropolitana e Litoral desde fevereiro de 2008, e Neiva Maria Dapont, que era macrodelegada para a região Sudoeste desde outubro de 2007.

Dirney de Souza assume a presidência do Sescap dos Campos Gerais

Dirney Cruz de Souza é o novo presidente do Sescap – Campos Gerais. A diretoria empossada em Ponta Grossa no dia 31 de julho tem como lema "União, representatividade, valores e serviços". O cerimonial de posse, prestigiado pela presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta e apresentado pelo diretor superintendente do conselho, Gerson Borges de Macedo, aconteceu no Centro de Convenções do Premium Vila Velha Hotel. Em sua gestão, Dirney pretende dar continuidade às ações de sua antecessora, Elisete Aparecida Schoemberger Prestes – atual vice-presidente, imprimir qualidade e celeridade aos serviços prestados aos associados, ampliar convênios, parcerias e descentralizar o atendimento. A jurisdição do sindicato abrange Ponta Grossa, Arapoti, Castro, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania, Carambeí. Nessa região, mais de 90 empresas estão sob a alçada do Sescap – Campos Gerais. Completam a nova diretoria a vice-presidente administrativa Rita de Cássia Gomes, os diretores Edilma Andrade (administrativa), Angelo Ronchi Neto (financeiro), Antonio J. dos Santos (institucional), Vicente Paulo H. Ribas (assuntos legislativos), Roque N. de Andrade (eventos) e Jane A. Pilar Matozo (patrimônio). No Conselho Fiscal, estão Patricia Tozetto e Ernani José Logstadt. As câmaras foram assumidas por Jacobus Petrus J. Lamers (relações intersindicais), Leandro S. Souza (desenvolvimento), Giovana Monteiro (mulher empreendedora) e Rafael Fontana (jovem empresário empreendedor).

Ao lado e acima, Dirney Cruz de Souza e Elisete Aparecida S. Prestes. Abaixo, presidente eleito com sua esposa, Silmara Dutra, Lucelia Lecheta e Gerson Borges de Macedo.

Morre Expedito Martins aos 63 anos

Conhecido no meio contábil, em todo o Paraná, o empresário Expedito Barbosa Martins faleceu dia 22 de julho, em Curitiba, aos 63 anos, deixando como herança, além do exemplo de profissional correto, a preocupação com as questões que afetam a classe e a postura de participação nas entidades, às quais doou parte do seu tempo e de seu conhecimento para tentar solucionar os problemas da profissão contábil.

Expedito, que também era advogado, foi um dos fundadores do SESCAP-PR. O presidente do sindicato, Mauro Kalinke, apontou sua morte como uma grande perda para a entidade. "É com imensa dor que nos despedimos do Expedito, uma pessoa que doou parte de sua vida à defesa dos direitos empresariais. De forma sempre atuante, destacava-se pelo comprometimento e interesse voltado ao setor. É uma perda lastimável", comentou.

Lucelia Lecheta, presidente do CRCPR, lembrou do grande carisma de Expedito: "Homem conciliador que era, ele emprestou seu talento e trabalho a diversas entidades contábeis. Esta é, sem dúvida, uma grande perda para toda a classe contábil".

Expedito Barbosa Martins teve atuação marcante em três entidades contábeis: Sescap-PR, Fecopar e Sicontiba.

Uma vida dedicada às entidades da classe

Nascido em 02 de setembro de 1950 e natural de Jandaia do Sul (PR), Expedito Barbosa Martins conquistou o respeito dos colegas de profissão, dos amigos e da sociedade. Ao longo de mais de três décadas, integrou a diretoria do SESCAP-PR, da Fecopar (Federação dos Contabilistas do Paraná) e Sicontiba (Sindicato dos Contabilistas de Curitiba).

Na década de 80, participou da fundação da Associação das Empresas de Serviços Contábeis, entidade que antecedeu a constituição do SESCAP-PR, cuja primeira reunião oficial ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1987. Foi vice-presidente, delegado representante e diretor jurídico em várias gestões. Em 2012, recebeu o título de "Amigo do SESCAP-PR", homenagem concedida a personalidades representativas que desempenham ações em favor das categorias representadas pelo sindicato. Na ocasião, Lucelia Lecheta, em entrevista ao jornal Indústria e Comércio, enalteceu que "o seu idealismo, o seu exemplo de vida, a sua presença, serenidade e palavras sábias (...) são coisas que não se pode esquecer".

Na Fecopar, foi presidente de 1991 a 1994, delegado representante por 13 anos, de 1991 a 2004, secretário geral de 2002 a 2004 e, de 2005 a 2013 atuou como vice-presidente de assuntos jurídicos. No Sindicato dos Contabilistas de Curitiba e Região (Sicontiba) atuou como 2º vice-presidente de 1996 a 2001 e 1º Vice-presidente de 2001 a 2004. Nos últimos nove anos era membro do Conselho Consultivo da entidade.

Voluntários do PVCC aplicarão

projeto do orçamento familiar junto ao programa Família Paranaense

Voluntários do Programa do Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) no Paraná passarão por um treinamento específico que os capacitará a atuar junto a famílias em situação de vulnerabilidade social em 30 municípios atendidos pelo programa Família Paranaense, do governo estadual, e orientá-las a respeito da gestão do orçamento familiar – temática trabalhada em nível nacional pelo PVCC. Um termo de cooperação técnica assinado em 22 de julho pela presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, e a secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Bernardi Vieira Richa, formalizou a parceria, que amplia a atuação do PVCC em todo o Estado.

Cartilha será usada em campo pelos voluntários do PVCC.

A escolha dos municípios foco do voluntariado ficou a critério do CRCPR, a partir de uma listagem fornecida pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), da qual constam 130 municípios prioritários do Família Paranaense e outros 234 que aderiram espontaneamente ao programa. Neste universo, encontram-se os municípios cadastrados na modalidade AFAI, Atenção às Famílias de Adolescente Internados por Medida Socioeducativa.

Os voluntários atuarão nos comitês locais dos municípios, de acordo com um cronograma de trabalho pré-estabelecido. Em campo, eles utilizarão a cartilha **Orçamento Familiar – Finanças Organizadas, Sonhos Realizados**, uma produção do CRCPR para o PVCC no Paraná, distribuída gratuitamente. A publicação aborda as causas do descontrole do orçamento pessoal e familiar e traz sugestões para o equilíbrio das contas, dicas sobre gastos com saúde, cartão de crédito, veículos, compras no crediário e empréstimos consignados, e uma tabela modelo para o controle do orçamento mensal.

O Família Paranaense tem o intuito de promover a erradicação da extrema pobreza e a emancipação das famílias em vulnerabilidade social, explicou Fernanda. A meta do governo estadual para este ano, acrescentou, é atender 100 mil famílias por meio do programa.

A parceria foi oficializada em reunião no Palácio das Araucárias, em Curitiba, da qual participaram também os diretores superintendente do conselho, Gerson Borges de Macedo, e operacional, Hugo Catossi, o vice-presidente de Relações Sociais da autarquia, Narciso Doro Jr., a coordenadora interina do Programa Família Paranaense, Alzenir de Fátima Sizanoski, e a assessora da Coordenação de Proteção Social Básica da SEDS, Cecília Bezerra Coelho Hauer.

No mapa, Alzenir Sizanoski (à esq.) aponta a Narciso, Lucelia, Fernanda, Gerson e Hugo os municípios prioritários para o Família Paranaense.

I Fórum Paranaense de Contabilidade aplicada ao Setor Público será em outubro

Com o tema "Contabilidade a serviço da transparência", o I Fórum paranaense de contabilidade aplicada ao setor púbico está programado para 23 e 24 de outubro, no auditório do CRCPR.

Dia 23, pela manhã, o tenente coronel João Silveira de Andrade e o capitão Wilson Renato da Rosa, da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, ambos contadores, abordam as experiências da gestão de custos da unidade contábil da região militar do Exército localizada na capital. Quem também se apresenta é Valmir Alberto Thomé, pesquisador em contabilidade pública, controle interno governamental e novas demandas.

À tarde, Inaldo da Paixão Santos Araújo, presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) fala sobre "A contabilidade aplicada ao setor público – Uma visão histórica frente aos tribunais de contas, órgãos regulamentadores e profissionais da contabilidade" e a contadora Michele Patrícia Roncalio, gerente de estudos e normatização contábil da Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda (DCOG/SEF) fala sobre "Avaliação e mensuração do patrimônio público".

No segundo dia, Sérgio Cavalieri Filho, procurador-geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), explana sobre as "Responsabilidades civil e criminal dos contadores"; Luiz Gustavo Gomes Andreoli, secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Paraná (TCU/PR) ministra a palestra "Os desafios e contribuições do controle interno no processo de implantação da nova contabilidade pública". À tarde, palestra do diretor de Contas Municipais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Akichide Walter Ogasawara, sobre "A repercussão da nova contabilidade pública no âmbito dos municípios paranaenses".

O fórum encerra com mesa redonda sobre os desafios de implantação da nova contabilidade pública, com Maurilio Gerreiro Campos, contador geral do Estado do Paraná, Antonio de Oliveira, contador da Prefeitura de Curitiba, Décio Vicente Galdino Cardin, contador membro da Comissão do Contador Público do CRCPR, autor do Manual do Gestor Público, e Edemilson José Pego, diretor no TCE-PR e coordenador da implantação do sistema de captação de dados da contabilidade do Estado do Paraná. A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Elizangela de Paula Kuhn, será a moderadora.

Entes públicos têm até o final do ano para se ajustarem às normas internacionais aplicadas ao setor

Folha do CRCPR – Por que foram alterados os prazos para os estados e municípios praticarem as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público? Quais são os novos prazos?

Márcio Assumpção - A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, flexibilizou a implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), possibilitando que todos os entes da federação se adaptem até o término do exercício de 2014, a fim de que a consolidação das contas do exercício de 2014, a ser realizada em 2015, ocorra de acordo com os novos padrões. Esse processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público demanda, além de adaptação dos sistemas e amplo treinamento, uma mudança de cultura por parte dos profissionais da contabilidade. Nesse contexto, a STN, por meio da Nota nº 1.96/2012/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, de 27 de dezembro de 2012, esclareceu que a prorrogação dos prazos se deu em atendimento às solicitações de entes da federação e de entidades representativas, tendo como uma das principais justificativas as eleições de 2012, que ocasionarem a renovação de cerca de 70% dos titulares dos cargos de prefeito municipal. Importante salientar que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, conforme estabelecido pela Portaria STN nº 664, de 19 de novembro de 2012, terão prazos finais e implantação estabelecidos de forma gradual por meio de ato normativo da STN.

Dentre as mudanças, quais as mais impactantes?

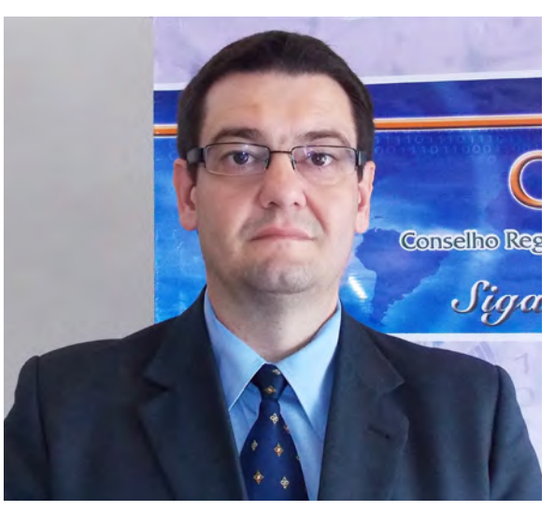
As mudanças foram muitas, dentre elas destaco algumas: a) a necessidade de reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; b) reconhecimento de ajustes para perdas; c) reconhecimento da depreciação, amortização e exaustão; c) reconhecimento do passivo, independentemente da existência de dotação orçamentária; d) criação de atributos contábeis para as contas de Ativo e Passivo (F – Financeiro e P - Permanente), em atendimento à Lei nº 4.320/64. Em resumo, o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que até então era o Orçamento, passou a ser o Patrimônio Público. Entretanto, acredito que a mudança mais impactante é a da cultura. Contabilistas, dos mais novos aos mais antigos, buscando atualização e aperfeiçoamento, pois aqueles que resistirem às mudanças, não conseguirão mais trabalhar com contabilidade. Esse processo coloca em evidência o contador público e destaca a importância desse profissional na geração de dados úteis para o processo de tomada de decisão do gestor público.

Que desafios as novas regras trazem aos entes públicos?

Os desafios são muitos; alguns deles já destacados. Ainda assim, ressalto a necessidade de investimento em capacitação, conscientização dos profissionais de contabilidade em relação ao seu trabalho não apenas no âmbito da sua entidade, mas de todo o setor público, quando do processo de consolidação e, principalmente, envolvimento do gestor, apoiando seus servidores.

Os órgãos públicos paranaenses estão preparados?

No âmbito do Estado, o trabalho vem sendo desenvolvido para cumprir o prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Por outro lado, nos municípios paranaenses, as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foram implementadas desde o exercício de 2013, destacando-se no cenário nacional, por estar entre os primeiros a adotar o processo de convergência.



Nesta entrevista, Márcio Assumpção, coordenador da Comissão do Contador Público do CRCPR, fala sobre a aplicação das IFRS pelos órgãos e entidades da administração pública brasileira.

Seminário treina contabilistas e advogados para fazer prestação de contas eleitorais

Até o final das eleições, os candidatos que participam das eleições, cujas votações serão dias 5 e 26 de outubro, terão que fazer três prestações de contas à Justiça Eleitoral. Uma novidade do pleito é a obrigatoriedade, conforme a Resolução 23.406/14, do Tribunal Superior Eleitoral, de as prestações de contas só serem aprovadas se estiverem assinadas, além do próprio candidato, por um profissional da contabilidade.

A medida vai refletir na objetividade, veracidade, correção e transparência dos recursos movimentados na campanha, na avaliação da presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta; do coordenador de Controle de Contas do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná-TRE-PR, Elton José Sanches, e do vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Zulmir Ivanio Breda.

Eles defenderam essa tese na abertura do seminário sobre prestação de contas eleitorais, dia 29 de julho, no auditório do CRCPR. O evento, que contou com apoio da OAB-PR, reuniu cerca de 400 profissionais da contabilidade, advogados e representantes de partidos políticos e de candidatos.

Acima, à esquerda, Lucelia Lecheta, Elton José Sanches, Zulmir Breda e o diretor superintendente do CRCPR, Gerson Borges de Macedo; à direita, o palestrante Décio Galdino Cardin, que falou sobre os aspectos contábeis da prestação de contas eleitorais. Abaixo, público acompanha palestra de Carla Karpstein (à dir.) sobre os pontos jurídicos do tema em foco.

Avanço

"Essa resolução do TSE representa um grande avanço para a classe contábil", afirmou Lucélia. São pelo menos 25 mil prestações de contas que exigirão a assinatura de um profissional, acrescentou Zulmir Breda. Mas a sociedade também saiu ganhando, pois sem esse trabalho seria impossível demonstrar lisura em relação às arrecadações e gastos da campanha, enfatizou o representante do TRE-PR, Elton Sanches.

Outras autoridades presentes foram o vice-presidente do CRCPR, Marcos Sebastião Rigoni de Mello; a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Elizangela de Paula Kuhn; o vice-presidente de Relações Sociais, Narciso Doro; o vice-presidente de Desenvolvimento Regional, Mirandi José Bonissoni; o ex-presidente do CRCPR, Maurício Smijtink.

Capacitação

Aprovada a Resolução 23.406/14, seria constrangedor não ter profissionais preparados para fazer o que a legislação pede, sublinhou Breda, justificando o empenho do sistema CFC-CRCs para disseminar as informações através de seminários como esse, realizados em todos os estados, além da reedição do Manual de Prestação de Contas Eleitorais, disponível em www.cfc.org.br. Em parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e seus regionais, o CFC, na verdade, vem defendendo a profissionalização das prestações de contas eleitorais desde as eleições de 2008 e de 2010, promovendo treinamentos.

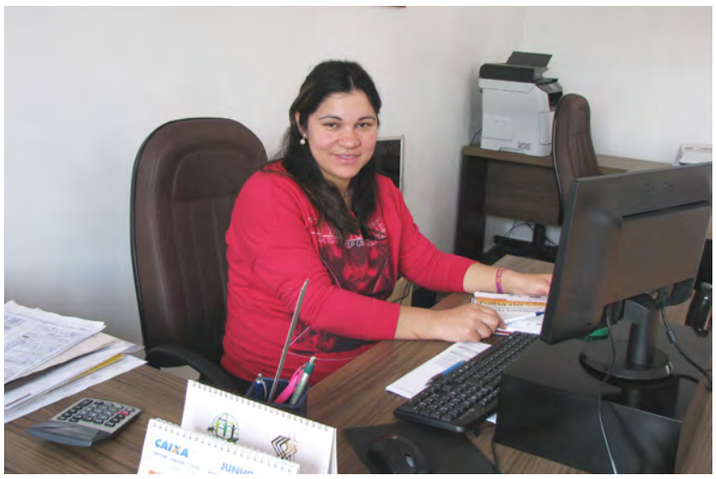
Aspectos contábeis e jurídicos

A elucidação dos aspectos contábeis ficou a cargo do contador Decio Galdino Cardin, especialista em administração pública, autor do Manual do Gestor Público e da apostila Curso de Direito Eleitoral e Partidário – Apoio às Eleições 2014 (Registrada na Biblioteca Nacional nº 637.425, Livro 1.225).

Já os jurídicos foram expostos pela advogada Carla Karpstein, especialista em Direito Administrativo e Eleitoral, atuando no TRE-PR, TSE e na Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PR; professora de graduação e pós-graduação, autora de artigos sobre o tema e coordenadora jurídica de campanhas eleitorais em 2008, 2010, 2012 e 2014.

Orientação no início da carreira
é o foco dos Primeiros Passos com o CRCPR

Há mais de um ano e meio, tinha início a segunda fase do programa Primeiros Passos com o CRCPR, voltada à orientação de contabilistas em início de carreira. Desde o começo, em novembro de 2012, essa tarefa esteve a cargo dos inspetores fiscais do conselho, incumbidos de visitar empresas contábeis recém-estabelecidas no Paraná e conversar pessoalmente com seus responsáveis técnicos.



A contadora Lidiane de Oliveira Martins, de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, recebeu a visita do projeto em junho.

A técnica contábil Cibele Cristina Esmaniotto, de Curitiba, conversou recentemente com fiscais do conselho encarregados da segunda fase dos Primeiros Passos.

"O diálogo com esses jovens não tem qualquer conotação fiscalizatória, mas visa muni-los de informações relacionadas ao Sistema CFC/CRCs e a atuação de setores específicos em cada conselho regional, como o Registro, a Fiscalização e o Desenvolvimento Profissional, responsável pela realização de cursos de capacitação presenciais e à distância em todo o Estado", reforça a presidente do CRCPR, conselheira Lucelia Lecheta.

Os fiscais também estão capacitados a orientar sobre normas de funcionamento comuns aos escritórios, com base na respectiva legislação, como a identificação profissional em placas, cartões e carimbos (Decreto-Lei 9295/46), a elaboração da escrituração contábil conforme o porte do cliente, a contratação de funcionários para atividades específicas, os serviços disponíveis via site do CRCPR, como a emissão da Decore (Declaração comprobatória de rendimentos), dentre outros assuntos.

Com esta missão, as fiscais Luciana Correr e Mairê Dahlem encontraram, na última semana de junho, a contadora Lidiane de Oliveira Martins, em São José dos Pinhais. Na capital, Curitiba, elas estiveram também com as técnicas contábeis Maria Dorotéia Martins e Cibele Cristina Esmaniotto.

Em Maringá, também em junho, o fiscal Marcos Euclides Alves conversou com o contador Eduardo Beraldo da Rosa e seus colaboradores, o também contador Elieser Rodrigues Gomes e Luciana Bianchini Francisco. Em outra empresa, Marcos foi recebido pelo contador Fabio Donizete Marangoni.

O contador Fabio Donizete Marangoni, de Maringá.

Em Maringá, o contador Eduardo Beraldo da Rosa e seus colaboradores, o também contador Elieser Rodrigues Gomes e Luciana Bianchini Francisco.

Os Primeiros Passos foram lançados oficialmente em maio de 2012, nas cidades de Apucarana e Rolândia, como uma estratégia de investimento no profissional do futuro. Os estudantes de Ciências Contábeis foram o público prioritário da primeira etapa do programa. Para eles, o conselho realizou palestras em universidades, a respeito de ética profissional, fiscalização, educação continuada e participação nas entidades contábeis.

Delegacia de Foz do Iguaçu e escritório de Maringá

são reinaugurados após revitalização

Em julho, o Conselho de Contabilidade do Paraná (CRCPR) inaugurou a revitalização da delegacia de Foz do Iguaçu, no dia 3, e do escritório regional de Maringá, no dia 24. Lucelia Lecheta defende que a autarquia precisa ter instalações modernas e bem equipadas para receber os profissionais da contabilidade, com espaços de atendimento, treinamento, atualização, orientação e aperfeiçoamento profissional: "A revitalização das unidades é fundamental para manter o patrimônio. Essa é casa do contabilista", diz a presidente do CRCPR.

Acima, reinauguração do escritório regional de Maringá e da delegacia do CRCPR em Foz do Iguaçu. Abaixo: o espaço revitalizado do escritório de Maringá e a fachada da sede do Sincofoz, onde funciona a delegacia local do conselho.

A unidade de Foz do Iguaçu funciona na sede do Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Foz do Iguaçu (Sincofoz) - na Avenida Brasil, 1924. Integram a jurisdição da delegacia Três Lagoas e Santa Terezinha de Itaipu. Estão em atividade nessa região mais de 660 profissionais da contabilidade e quase 150 organizações contábeis, consideradas as sociedades, o empresário individual, o microempreendedor individual (MEI), a empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) e o escritório individual (RCI).

O escritório regional de Maringá fica no Centro da cidade, na Avenida Carneiro Leão, 135 - sala 404. Com o apoio da delegacia local, atende quase dois mil profissionais que atuam, além de Maringá, em Água Boa, Aquidaban, Doutor Camargo, Floresta, Ivatuba, Mandaguaçu, Marialva, Ourizona, Paiçandu, São Jorge do Ivaí e Sarandi. Na região, existem 456 empresas de serviços contábeis cadastradas.

As delegacias funcionam como subsedes do conselho, nas quais os contabilistas podem requerer o registro provisório, o registro definitivo originário, a transferência, o restabelecimento, a baixa, o cancelamento e a conversão de registro provisório em definitivo -, efetuar alterações cadastrais (nome, nacionalidade, categoria) e comunicar o exercício da atividade profissional em outra jurisdição. Nessas unidades, serviços específicos de registro também estão disponíveis para as empresas contábeis.

Galerias dos delegados

A fim de preservar a história do CRCPR, foram criados em Foz do Iguaçu e Maringá espaços dedicados a expor a imagem dos delegados. "As galerias dos delegados buscam manter viva a memória do CRCPR por todo o Estado", afirma Lucelia.

Em Foz do Iguaçu, a galeria conta com uma foto do atual delegado, Ney Patrício da Costa, que exerce a função até dezembro de 2015, e os ex-delegados Sebastião Gomes Rodrigues, Miguel Gerson Aires dos Santos (1991-1998) e Antonio Derseu de Paula (1998-2012). O escritório revitalizado de Maringá tem fotos dos ex-delegados Dinoh Hundzinsk (1966 a 1988), Tetsuro Nonose (1988-1994), Jair Arduin (1994-2006) e Maurício Gilberto Cândido (2006-2008). Dirceu Martins exerceu o cargo de 2008 a 2010, quando assumiu o atual delegado, Glicério Rampazzo.

Galeria dos delegados em Foz do Iguaçu: o delegado Ney Patrício da Costa (ao centro), que exerce a função até dezembro de 2015, com os ex-delegados Antonio Derseu de Paula (1998-2012) e Miguel Gerson Aires dos Santos (1991-1998).

No evento de Foz, líderes da contabilidade como Valdir Pietrobon, ex-presidente da Fenacon, e os presidentes do Sincofoz, Ocivaldo Gobetti Moreira, e da Fecopar, Divanzir Chiminacio, estavam presentes. Além deles, Ernani Habitzreuter, diretor financeiro do Sincofoz, Amauri Clóvis do Nascimento, diretor de Relações com o Interior do Sescap-PR, os vice-presidentes do CRCPR Marcos Rigoni de Mello (Administração e Finanças) e Elizangela de Paula Kuhn (Desenvolvimento Profissional), e Gerson Luiz Borges de Macedo, diretor superintendente do conselho. Ele esteve também em Maringá, com o diretor operacional Hugo Catossi, o vice-presidente da Fecopar, Orlando Chiqueto Rodrigues, Glicério Rampazzo, Maurício Cândido, coordenador estadual do Voluntariado da Classe Contábil, e outras autoridades.

Em Foz, (acima) Lucelia Lecheta, Ney Patrício da Costa e Elizangela de Paula Kuhn; (abaixo) Marcos Rigoni de Mello, Gerson Borges de Macedo e Valdir Pietrobon.

Paraná conquista mais um Jocobras

O Paraná fez 114 pontos e conquistou o troféu de campeão dos Jogos dos Contabilistas Brasileiros - Jocobras 2014 -, disputados em Maringá de 24 a 26 de julho. Com mais esse resultado, a equipe paranaense, que pontuou na bocha, bolão, canastra, tênis de campo, vôlei de quadra feminino, vôlei de areia dupla masculina e vôlei de areia dupla feminina, é tetracampeã na competição. Considerando por modalidade, o Rio Grande do Sul foi campeão no futebol suíço e Pernambuco no futsal.

Na sexta-feira, 25, foram disputadas nove modalidades esportivas em sete clubes da cidade e na manhã do sábado foram disputados os dois jogos finais da modalidade futebol suíço, na sede recreativa do Sindicato dos Bancários.

A solenidade de entrega de troféus aconteceu dia 26, no Parque de Exposições de Maringá, seguida de almoço de confraternização dos atletas. Quatrocentos contabilistas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná participaram dos jogos. A maior delegação foi a do Rio Grande do Sul, vice-campeão geral com 49 pontos, seguido de Santa Catarina com 29 e Pernambuco com 15.

Também receberam troféus o atleta mais velho, Alcino da Silva de Pietro, do Rio Grande do Sul com 77 anos, e o mais jovem, Laercio Filipe Budal Arins, do Paraná, de 22 anos.

Ao encerrar os jogos, os representantes dos contabilistas das quatro federações participantes - Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco - destacaram o papel integrador da competição. O catarinense Tadeu Oneda exclamou: "hoje encerra aqui mais um capítulo que fica escrito na história da contabilidade brasileira". Ítalo de Melo Mendes foi aplaudido quando colocou Pernambuco à disposição para sediar os jogos no futuro. "Pernambuco também está de braços abertos para um dia ter a oportunidade de sediar este grande evento da contabilidade brasileira. Nosso objetivo é ampliar a participação de todos os estados do Nordeste nos jogos," disse.

Patrícia Vasconcelos, diretora de Esportes da Federação dos Contabilistas de Minas Gerais, informou que a federação mineira organiza há cinco anos o EICON, competição que reúne aproximadamente 270 atletas para disputar doze modalidades esportivas. "Existe uma grande possibilidade de que a gente traga uma equipe de futsal para disputar o Jocobras 2016 e que depois vá aumentando a participação gradativamente", afirmou.

Com a conquista do Jocobrás, disputado em Maringá de 24 a 26 de julho, o Paraná é tetracampeão dos Jogos dos Contabilistas Brasileiros.

Espaço da Junta

Juntas Comerciais já podem adotar o "Via Única"

Armando Lira - Vogal representante da classe contábil

As juntas comerciais do país podem adotar o "Via Única", sistema que tem como objetivo desburocratizar a abertura de empresas. Com isso, o empresário passa a ter a obrigação de entregar apenas uma via do contrato social nas juntas, e a ter acesso online ao documento já autenticado. Já temos quatro estados onde as juntas adotaram o novo sistema: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Alagoas.

A mudança faz parte de previsão contida na Instrução Normativa nº 3, de 5 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei), que estabelece a uniformização dos documentos arquivados e institui o sistema de registro em via única.

Segundo o diretor do Drei Paulo Zumpano, o sistema garante às juntas comerciais agilidade no processo, redução na burocracia, além de facilitar o procedimento para o usuário. "Essa é mais uma medida de desburocratização, simplificação e economia para o cidadão. Todos os processos serão digitalizados. Não serão mais necessárias várias vias do registro mercantil para abrir uma empresa. O usuário vai levar uma única via e, a partir daí, todo o processo poderá ser gerenciado pela internet. Por isso, é importante que as juntas comerciais entendam a importância do "Via Única" e adotem o procedimento", explica Zumpano.

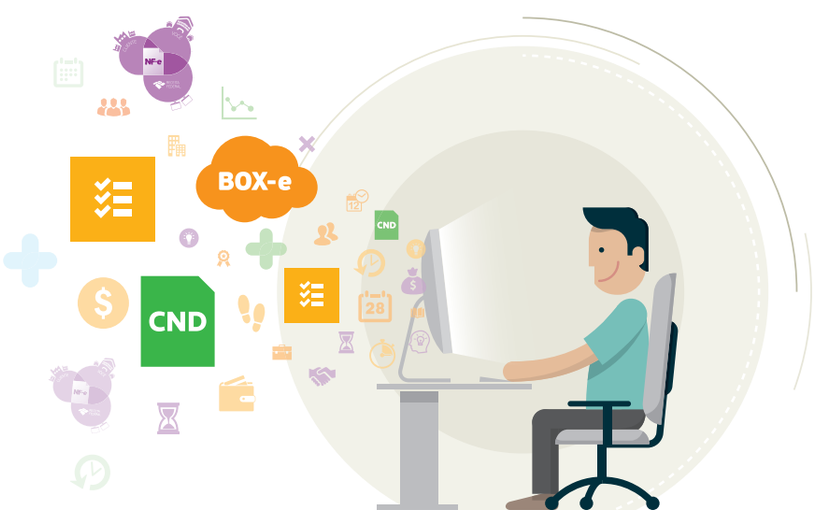
Com essa iniciativa, o procedimento de registro de atos empresariais fica mais ágil e mais seguro. A autenticidade do documento vai poder ser verificada eletronicamente por meio do número de protocolo e da chave de segurança ao documento, sem necessidade de papelada. Diante dos resultados, o Drei estuda disponibilizar o sistema digital de forma gratuita para todos os estados.

Fonte: Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa

agenciagigante.com.br

Atendimento

ATENDENDO COM EFICIÊNCIA SUA EMPRESA DE CONTABILIDADE E SEUS CLIENTES.



Para ficar ainda mais completo, o Domínio Atendimento está com uma nova funcionalidade, o gerenciamento completo de Certidão Negativa de Débito (CND). Além de buscar e emitir automaticamente as CND na Internet, com ela você armazena, registra e pode controlar a periodicidade e o vencimento dos documentos. O sistema também tem a opção de publicar automaticamente a CND para o cliente e enviar e-mail com notificações. Tudo rápido, fácil e organizado.

AGORA COM CONTROLE DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO.

GRÁTIS
PARA CLIENTES DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS E DOMÍNIO EMPRESARIAL

dominio sistemas
Now part of Thomson Reuters

UNIDADES DE NEGÓCIO:
Curitiba: (41) 3221-1100 Londrina: (43) 3031-4995
www.dominiosistemas.com.br

Conheça os delegados do CRCPR

Laercio Cipriano - região de Marechal Cândido Rondon

Além de Marechal Cândido Rondon, a delegacia abrange ainda os municípios de Entre Rios do Oeste, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes, jurisdição onde atuam 242 profissionais com registro ativo e funcionam 43 organizações contábeis.

A delegacia fica na Av. Irio Jacob Welp, 600 – Centro.

Contatos: (45) 3284-8500
e-mail: laercio@agricolahorizonte.com.br

Leopoldo Kern - região de Mandaguari

Além de Mandaguari, a delegacia abrange os municípios de Bom Sucesso, Itambé, Jandaia do Sul, Kaloré e Marumbi, jurisdição onde atuam 228 profissionais com registro ativo e 65 escritórios.

A delegacia funciona na Rua Interventor Manoel Ribas, 333.

Contatos: (44) 3233-1336
e-mail: leopoldokern@yahoo.com.br

Moacir Beladelli - região de Palotina

Além de Palotina, a delegacia compreende os municípios de Guaíra, Maripá e Terra Roxa, jurisdição onde atuam 176 profissionais com registro ativo e 23 escritórios.

A delegacia fica na Rua 21 de Abril, 775 – 1º andar sl/01.

Contatos: (44) 3649-5200
e-mail: alianca@vn.com.br

Rogério da Silva Oliveira - região de Toledo

Além de Toledo, a delegacia abrange ainda os municípios de Novo Sarandi, Ouro Verde do Oeste, Pérola Independente, São José das Palmeiras, São Luiz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, e Vila Ipiranga, jurisdição onde atuam 388 profissionais com registro ativo e 62 escritórios.

A delegacia fica no largo São Vicente de Paula 1333 sl/30.

Contatos: (45) 3378-2123
e-mail: rogerio@seletocontabil.com.br

Solução completa para administração da sua empresa contábil

alterdata PACK GESTOR

- Comunicação online com o cliente
- Controle de atendimentos
- Controle de produtividade
- Digitalização de documentos
- Administrador de Tarefas
- Financeiro

Alterdata software

Solicite uma demonstração:
0800 704 1418
www.alterdata.com.br

1º Fórum Paranaense do Terceiro Setor
acontece dia 24 de setembro

O 1º Fórum Paranaense do Terceiro Setor será realizado em 24 de setembro, das 8h às 17h, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em Curitiba. O evento é uma realização do CRCPR, com o apoio da Prefeitura de Curitiba, Fundação de Ação Social (FAS) e OAB-PR. As inscrições são gratuitas, condicionadas apenas à doação de três quilos de alimentos não perecíveis, e estão abertas em crcpr.org.br até 22 de setembro.

Contabilidade e auditoria do Terceiro Setor é o tema da palestra de abertura do evento, que será proferida por Ivan Roberto dos Santos Pinto e Ricardo Monello. Após um coffee break, os participantes acompanharão a apresentação de Roque Sérgio D´Andrea Ribeiro da Silva sobre a tributação incidente sobre as entidades paraestatais. À tarde, Marcos Antônio Salustiano da Silva fala sobre a aplicação do e-Social para o Terceiro Setor e Rafael Morais Gonçalves Ayres a respeito da prestação de contas das organizações da sociedade civil e os novos parâmetros da Lei nº 13.019/14.

O objetivo geral é explorar, sob diversos aspectos, o conteúdo relacionado à temática central do evento, a fim de munir o público com informações que elucidem os direitos e deveres das entidades que integram o chamado Terceiro Setor – formalmente, para o Direito Administrativo brasileiro, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), a Organização Social (OS), o Serviço Social Autônomo (SSA) e as fundações de apoio.

Publicação

Em parceria com outras entidades, o CRCPR e a Secretaria da Educação da capital planejam lançar, em breve, uma cartilha sobre o tema, a fim de facilitar sua disseminação. Em julho, a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, o vice-presidente de Relações Sociais, Narciso Doro Jr. e o diretor operacional, Hugo Catossi, conversaram com a titular da pasta, Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, sobre a situação específica das creches conveniadas ao governo municipal de Curitiba. Segundo Roberlayne, elas carecem, por razões de ordem legal e técnica, de mão de obra especializada para realizar as prestações de contas da maneira adequada, garantindo o correto trâmite da documentação interna e até mesmo a organização dos arquivos.

Ponto importante desta questão, lembrou Doro, é a certificação Cebas, emitida para entidades beneficentes das áreas de educação, saúde e assistência social, e que permitiria às creches ainda não certificadas solicitar junto à Receita Federal a isenção da cota patronal das contribuições. O assunto, acrescentou Lucelia, estará entre as abordagens do fórum, que vai procurar desmistificar a prestação de serviços pelos profissionais contábeis para as entidades do Terceiro Setor. Do encontro, no gabinete da secretária, participaram também o superintendente executivo da secretaria, Marcos Flavio de Oliveira Schiefler Filho, e a assessora de convênios do órgão, Itália Bettega Joaquim.

MBA IPOG
Posicione-se.
Contabilidade & Direito Tributário
COM ÊNFASE EM GESTÃO DO RISCO FISCAL
FORMAÇÃO CURRICULAR DO ESPECIALISTA:
Carga horária: 480 h/a
• Estratégias de Segurança da Informação Alinhadas ao Mundo Pós-Sped;
• Contribuições Sobre a Receita - PIS e COFINS e Outras;
• Contribuições Sociais e Encargos Trabalhistas - INSS, FGTS e a EFD-Social;
• Escriturações Fiscais Digitais - (EFD ICMS/IPI E EFD Contribuições);
• Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
• Tributos Sobre o Comércio Exterior - Importações e Exportações - Benefícios Fiscais;
• Tributos Sobre a Renda da Pessoas Jurídicas - IRPJ E CSLL: lucro real, presumido e arbitrado;
• Auditoria e Perícia Contábil;
• Benefícios Fiscais e Planejamento Tributário;
• Contabilidade Empresarial e Tributária;
• Direito Digital;
• Direito Tributário;
• Escrituração Contábil Digital - EFD IRPJ;
• Governança Tributária;
• Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
• Liderança Eficaz e Mudança Cultural;
• Processos Fiscais Administrativos e Jurídicos;
• Metodologia do Trabalho Científico;
• Perícia e Direito Tributário Digital Aplicado;
• Gestão de Carreira e Marketing Pessoal.
Tenha aula com as maiores autoridades da área do Risco Fiscal do País"
Edgar Madruga
Fernando Sampaio
Tânia Gurgel
ENTRE OUTROS
PRESENTE EM 26 ESTADOS MAIS O DISTRITO FEDERAL
APOIO:
IPOG
EIP CURSOS
CURITIBA: (41) 3203-2899 / 3203-9372 / Tim 9655-7756
Vivo 9246-5541 / Claro 8821-8788 / Oi 8406-1545
LONDRINA: (43) 3351-2377 / Tim 9957-9372
Vivo 9132-9657 / Claro 8853-4898 / Oi 8483-9131